

DOI: https://doi.org/10.30749/2594-8261.v7n1p8-9

APRESENTAÇÃO

Os Editores da LexCult se sentem honrados em entregar mais uma edição da revista ao público de leitores, pesquisadores, juristas e estudantes. Esta edição, nomeada **Sociedade em Debate**, se estrutura em cinco artigos que abordam questões relacionadas à sociedade brasileira ao longo do tempo.

No artigo Direito à convivência entre pais e filhos: a guarda compartilhada como um avanço no ordenamento jurídico brasileiro buscou-se abordar como a guarda compartilhada é tida como um avanço no ordenamento jurídico do Brasil, visando resguardar os direitos fundamentais dos menores, bem como os deveres impostos de forma igualitária aos genitores.

O impacto da seletividade penal na lei de drogas discute o motivo pelo qual mudanças na lei de drogas tiveram como principal resultado a lotação de pessoas de baixa renda nos presídios brasileiros, levando em conta todas as falhas na norma relativa às drogas e identificando a consequência jurídica da subjetividade penal acerca deste tema.

O artigo Biossegurança em espaços públicos construídos apresentou o acesso ao conhecimento da cultura de Biossegurança e a inter-relação desta cultura com as diversas realidades sociais apurando o reflexo cultural em ambientes públicos construídos. O interesse foi questionar, assinalar, educar e aperfeiçoar os métodos de implementação cultural e social da promoção de bem-estar, segurança e saúde em áreas públicas urbanas.

Apontamentos teóricos para a construção de coletivos multitudinários tem como objetivo compreender como os coletivos de estudantes universitários se organizam a partir de estratégias, lutas, resistências e produção biopolítica. De cunho teórico, recorremos principalmente aos conceitos de multidão, comum e trabalho imaterial elaborados por Antonio Negri e Michael Hardt.

Em Dispositivo de colonialidade no Brasil: vidas matáveis no interior das colônias os autores discorrem sobre a condição de existência do negro e do indígena imposta pela escravidão no colonialismo brasileiro, que resulta naquilo que



denominamos de dispositivo de colonialidade, dispositivo esse que passa a ser a regra dentro das colônias.

Agradecemos a todos que participaram do processo como autores ou como avaliadores e também a toda a equipe editorial da revista. Desejamos a todos uma ótima leitura. Para publicar na LexCult, consulte as normas da revista.

Os Editores